

De catador para CATADOR

Edição Cidade de São Paulo

Jornal do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR)

Circulação na Cidade de São Paulo - Ano III - número 2 - Outubro/Novembro de 2009 - Setor de Comunicação do MNCR www.mncr.org.br

Organização é palavra de ordem para catadores da cidade São Paulo

O movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis em São Paulo vem desenvolvendo uma série de ações e atividades para o fortalecimento da categoria na capital paulista. O trabalho de rearticulação dos cinco comitês da cidade, nas regiões Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro, é uma delas e está a todo vapor.

Para o membro da Comissão Nacional do Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis, Eduardo Ferreira de Paula, o fortalecimento dos comitês é fundamental para que o catador tenha capacidade de ação frente a leis e políticas públicas que estão em discussão ou estão sendo praticadas, e que afetam diretamente a atividade de catação na cidade.

O coordenador cita o exemplo da discussão em torno do projeto de lei sobre resíduos sólidos em nível federal. “Temos que estar preparados e a articulação política dos catadores pelos comitês é fundamental”, afirma.

Além disso, afirma Ferreira, os comitês são espaços para se discutir a atividade de catação regionalmente, de forma que os trabalhadores troquem periodicamente experiências de organização e compartilhem dificuldades, como ações violentas por parte de policiais.

Os comitês foram criados há cerca de quatro anos e passaram por um período de dificuldades na

mobilização. “Estamos rearticulando e esperamos que até o final do ano todas as atividades dos cinco comitês estejam retomadas”. No estado de São Paulo existem 18 comitês, e cada um deles mobiliza entre 20 e 40 catadores.

Outra frente para o fortalecimento da organização dos catadores é a formação. A próxima atividade está prevista para novembro e o lançamento será no final de outubro, durante a ExpoCatador.

O curso, que acontecerá em dois módulos, é baseado na formação política, além das capacitações técnica e jurídica. De acordo com Ferreira, o objetivo é transmitir aos catadores a importância da organização da categoria, mas também trocar experiências sobre o gerenciamento cotidiano das cooperativas. Assim, o curso abordará desde a organização da coleta na rua, campanhas de conscientização junto à comunidade e triagem, até a gestão e comercialização do material reciclável. Além de incluir instruções de como deixar os documentos da cooperativa atualizados. “Só assim podemos, por exemplo, concorrer em licitações”.

Diferentemente do curso que aconteceu em 2005, dirigido às lideranças, esta formação é destinada para todos os catadores. Foram preparados para auxiliar o curso materiais específicos, como jornais,



Catadores de São Paulo em evento cultural

cartilhas e vídeos.

Os catadores vêm participando ainda de debates públicos de forma a colocar em pauta a necessidade da coleta seletiva solidária e a importância da organização dos catadores. Um destes momentos foi o seminário na Fundação Getúlio Vargas, em meados deste ano. Outro encontro de debates será entre os dias 27 e 30 de outubro durante a ExpoCatador. O evento deve reunir cerca de 1500 catadores do Brasil e da América Latina e haverá na feira de exposições cerca de 40 cooperativas de São Paulo apresentando seus trabalhos.

Gênero

O movimento participa de uma pesquisa qualitativa sobre gênero e resíduos sólidos. Devem ser entrevistadas 20 mulheres catadoras, sendo dez organizadas e dez não organizadas, e oito homens catadores, quatro organizados e quatro não organizados, informa Guiomar Conceição dos Santos, coordenadora estadual do movimento.

O objetivo é avaliar as nuances entre estes grupos no que diz respeito a, por exemplo, como vivem em contexto doméstico, sobre trajetória profissional, o que esperam do futuro, violência doméstica e sexual e acesso à saúde. A coleta dos dados deve acontecer até o final de outubro, quando as informações passam a ser analisadas.

Editorial

Carta dos catadores de São Paulo*

O Movimento de Catadores da cidade de São Paulo tem revelado uma capacidade significativa de articular-se para enfrentar a política atual do governo municipal de discriminação e aprofundamento da situação de exclusão em que trabalha e vivem os catadores, especialmente os que atuam individualmente. Construiu-se ao longo do processo de mobilização das forças sociais que atual neste campo na cidade de São Paulo a certeza de que a implementação de um sistema público sustentável com inclusão social em uma metrópole deste porte poderá tornar-se uma referência para fazer avançar esta proposta nos demais 5.560 municípios brasileiros. Vale lembrar que hoje apenas 327 municípios possuem algum sistema de Coleta Seletiva Municipal.

Conforme é de seu conhecimento seu Ministério disponibilizou, junto à Caixa Econômica Federal, recursos do orçamento geral da União, vinculado ao Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC), para implantação e equipagem de galpões para coleta seletiva, na cidade de São Paulo. A formalização se deu por meio do ofício 4701/2008/SNSA/MCIDADES, encaminhado pelo Ministério ao Exmo. Sr. Prefeito Gilberto Kassab.

Em 2007, a Prefeitura de São Paulo reafirmou sua intenção de apoio ao desenvolvimento da coleta seletiva na cidade, por grupos de catadores, por meio do Decreto Municipal 48799/07.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e vários grupos organizados de catadores, com o apoio de diversas organizações e instituições, vêm discutindo a ampliação da coleta seletiva na cidade de São Paulo, em um grupo de trabalho intitulado GT da Coleta Seletiva Solidária, desde abril de 2007, junto a Secretaria de Serviços - LIMPURB.

Esta em discussão a crise mundial que vem atingindo diretamente as cooperativas e

associações e principalmente os catadores avulsos.

Parte-se da hipótese de que os ganhos econômicos, sociais e ambientais, decorrentes de uma abrangente política pública de recuperação de resíduos superam amplamente os investimentos necessários para sua implantação e, adicionalmente, que estes investimentos serão minimizados ao contabilizar-se os ganhos decorrentes da redução do volume de resíduos gerados.

Diante da dificuldade de diálogo com o Governo Municipal, que esta distante do Governo Federal por questões políticas, vimos solicitar através deste a intervenção de seu Ministério na negociação dos recursos do PAC, disponibilizados para a Coleta Seletiva na Cidade de São Paulo.

Este pedido deve-se ao fato de que a negociação vem sendo feita exclusivamente entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de São Paulo – Limpurb e no sentido de garantir

a efetiva utilização dos recursos considerando a proposta construída pelo MNCR e Grupo de Trabalho da Coleta Seletiva Solidária, junto com a Secretaria Municipal de Serviços, na qual são indicados as áreas e os grupos a serem conveniados para operacionalização da coleta seletiva, conforme anexo I.

Vimos também salientar que estamos indicando outras áreas e grupos de Catadores necessários para o equacionamento do Programa de Coleta Seletiva na Cidade de São Paulo, conforme anexo II.

No intuito de podermos continuar contando com seu apoio na valorização do trabalho dos catadores e catadoras e na concretização das propostas construídas de forma democrática e plural.

Assinado MNCR e parceiros

**Carta enviada ao Ministério das Cidades aos cuidados do Ministro Marcio Fortes de Almeida*

cooperação:



Representação no Brasil

execução:



Iniciativa e direção:



realização:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste jornal, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste jornal não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

Expediente

Textos/Redação: Renata Bessi

Jornalista responsável: Davi Amorim Mtb. 48.215/SP

Fotografias: Arquivo MNCR

Produção e diagramação: Setor de comunicação MNCR

Revisão: Janaína Behling

Tiragem: 50 mil exemplares

Entre em contato: e-mail: contato@mncr.org.br

Sede Nacional MNCR - rua Vegueiro, 2.551 Vila Mariana, São Paulo - SP CEP 04101-200

(11) 3399-3475 / 3341-0964 e-mail: secretarianacional@mncr.org.br

De Catador para Catador é um veículo do MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, uma produção do setor de comunicação do MNCR e do conselho editorial formado por catadores das cinco regiões do país.

www.mncr.org.br

Esta publicação foi produzida no âmbito do projeto 914BRA3026 - Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza - em cooperação com a UNESCO



Cooperativa na Zona Leste integra rede local de desenvolvimento

As comunidades das vilas Nova, Jacuí e Nair, na Zona Leste de São Paulo, já vivem os impactos ambientais e sociais trazidos pelo trabalho dos catadores de material reciclável, organizados há dois anos na cooperativa Nova Esperança. A área é antiga várzea do rio Tietê, às margens da Rodovia Ayton Senna, local que conta com grande quantidade de córregos que deságuam no Tietê, dos quais dois importantes são o Jacuí e o Cruzeiro do Sul.

O catador Luiz Carlos de Araújo afirma que a cooperativa faz a diferença na região. Isso porque, desde que começou a funcionar, o grave problema do despejo de lixo nos córregos e nas suas margens passou a ser foco de preocupação e as melhorias já são visíveis. “Fazemos um trabalho de conscientização ambiental porta a porta e observamos que o despejo do lixo nos rios vem diminuindo”, declara.

A cooperativa faz parte de um plano maior para a área, chamado Projeto Pantanal, em que se constituiu uma rede de desenvolvimento local nas vilas, um trabalho entre o Estado,

a prefeitura, catadores e sociedade organizada do local. A CDHU se comprometeu, dentro do projeto, em destinar uma área de sua propriedade para a construção da cooperativa e à prefeitura coube a construção do galpão e instalação de contêineres.

O trabalho dos catadores, tanto de coleta quanto de conscientização ambiental, é feito em articulação com a comunidade das vilas. Além do trabalho direto junto aos moradores, ao todo cerca de 8 mil famílias, os catadores contribuem em parcerias com cinco escolas da região, dois postos de saúde, condomínios e onze associações. “Discutimos como estas instituições podem melhorar sua relação com o entorno e como melhorar a qualidade do bairro”, afirma Fernando Lopes, técnico social e articulador do Projeto Pantanal na comunidade.

Além disso, com o projeto, que também cuida da reurbanização do local, foram construídos espaços coletivos na comunidade, como praças. “É feito um trabalho para se preservar estes locais de convivência livres do lixo”, explica Lopes.

Hoje os catadores trabalham em um galpão provisório de 200 metros quadrados. O definitivo, de 500 metros quadrados, deverá ficar pronto em outubro. Uma das dificuldades dos catadores, segundo Araújo, é o fato de toda a coleta no bairro ser feita

apenas com carroças. “Nosso trabalho poderia ser otimizado se a gente tivesse transporte mais ágil”, admite.

De acordo com Lopes, a cooperativa já vem dialogando com a subprefeitura de São Miguel, com o objetivo de implantar a coleta seletiva comunitária em todo o distrito. “Com o galpão maior teremos condições de fazer novas parcerias e mais capacidade de triagem e de incluir novos catadores”, afirma o técnico social.

Início

Antes da cooperativa, os catadores



trabalhavam isoladamente para ferrovelho. “A gente só catava o que interessava para o atravessador. Agora trabalhamos com todo tipo de material que pode ser reciclado”, explica Luiz.

Quando o Projeto Pantanal iniciou, percebeu-se que na região existia grande quantidade de pessoas que viviam da coleta de resíduos. “Foi quando começamos a discutir a questão ambiental da área. E os catadores decidiram se organizar”, afirma Lopes. Hoje, a cooperativa já possui toda a documentação em dia.

Catadores discutem Política Nacional de Resíduos Sólidos

O MNCR participou na último dia 13 de Julho de debate promovido pela Associação Casa da Cidade sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e tramitação no Congresso Nacional. O Projeto Lei 1991 pretende instituir normas nacionais de tratamento de resíduos e a anos o MNCR tenta garantir que os catadores sejam contemplados pela lei e incluídos no sistema de tratamento de resíduos em todo o Brasil.

No debate foi discutido o novo texto do Projeto Lei encaminhado pela comissão de deputados que trata do assunto. A nova versão do projeto inclui algumas reivindicações do MNCR formuladas durante do Seminário realizado em agosto de 2008 pelo movimento e, na avaliação do MNCR,

contempla mais a categoria que as versões anteriores.

No entanto, ainda há pontos que não são claros e que precisam ser melhor formulados, principalmente com relação a logística reversa que ficou restrita apenas a produtos perigosos. Outros materiais, como embalagens, só entrariam nas obrigações da logística reversa se possuíssem “condições técnicas” para isso.

“Tem um conceito que nós discutimos no Brasil inteiro, mas que nós não vemos na projeto lei e isso nos gera uma preocupação. Nós chamamos a coleta seletiva de ‘coleta seletiva solidária’ e leva trás a questão da incorporação de pessoas que trabalham com isso. Os programas que vemos por ai é a coleta em que a empresa X

recolhe o material e leva tudo para os catadores que ficam em um galpão, não podem sair, quem faz a coleta é a empresa e não o catador. Desse forma propomos introduzir no texto a coleta seletiva solidária. Sabemos que as coisas não são tão simples, mas vamos lutar para isso” declarou Roberto Laureano, representante do MNCR.

A ambientalista Nina Orlow, do Fórum de Agendas 21, falou da importância da ação socioambiental com a coleta seletiva com a inclusão social das catadoras e catadores. Nina ressaltou que a agenda 21 é um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos que se constitui em uma tentativa de promover, em escala planetária, um novo padrão de



desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Falou ainda das ações desenvolvidas pela Agenda 21 e diversos parceiros na cidade juntamente do com MNCR para ampliar o sistema de coleta seletiva na cidade de São Paulo, assim como as dificuldades encontradas com o poder público municipal.



Incineração de resíduos ameaça coleta solidária

O governo do Estado de São Paulo promove estudos, desde 2004, para a implantação de usinas de incineração de lixo doméstico, principalmente de regiões metropolitanas. O plano de construção já está em fase final, de acordo com informações veiculadas pela imprensa, e a primeira usina deve ser implantada dentro de dois anos. A discussão sobre os benefícios e malefícios gerados pela prática da queima de resíduos é antiga, desde pelo menos a década de 1970.

De acordo com a pesquisadora da Universidade de Vitória no Canadá, Jutta Gutberlet, os argumentos utilizados para justificar a necessidade da incineração partem de dois pontos. O primeiro é para se resolver o problema da falta de aterros sanitários e o segundo diz respeito ao fato de o processo da incineração gerar energia. Este movimento é mundial, segundo ela. “Existe um forte lobby associando o lixo à energia, liderado por algumas multinacionais sediadas na Europa, principalmente Alemanha e França”, afirma a pesquisadora no artigo “Lixo à Energia: riscos e desafios com a incineração de resíduos sólidos domésticos”.

A contrapartida do processo é cara, ambientalmente. A incineração emite poluentes altamente nocivos à saúde. A pesquisadora cita a poluição do ar por furanos, dioxinas, metais pesados e outros gases tóxicos, além de cinzas tóxicas. Mas para ela a perda maior é a dos recursos naturais embutidos no lixo. “Este ponto talvez seja o mais

importante, porém o menos considerado nas discussões e decisões acerca da gestão de resíduos sólidos”, analisa Gutberlet.

Queimada, a matéria não pode ser reintroduzida no processo de produção, porque a queima transforma os materiais em gases, cinzas e energia, explica a pesquisadora no artigo. “Portanto, se perpetua a contínua extração de novas matérias-primas, para saciar o consumo diário de embalagens e produtos, o que implica em desflorestamento e extração mineral com severas consequências já conhecidas, como a contaminação do solo, da água e do ar, assim como o intenso uso de energia e água no processo de transformação”.

Existem ainda impactos sociais, aponta Gutberlet em seu artigo. Entre eles está a falta de incentivo para o consumo responsável, a falta de responsabilidade pela geração de resíduos sólidos, e o desestímulo para que se faça a coleta seletiva. “Perdem-se oportunidades para o desenvolvimento humano, para a formação e educação de cidadãos mais responsáveis, de forma que cada um colabore com seu consumo e sua participação na separação do material”.

A pesquisadora reitera o motivo da resistência por parte de setores da sociedade, principalmente de ambientalistas, contra a incineração de resíduos. “Soluções como esta divagam a implantação da logística reversa, o compromisso com o consumo responsável e a



corresponsabilidade dos geradores de resíduos, enfim, inibe a transformação da sociedade para a maior sustentabilidade”.

O catador

O trabalho do catador passa a ser uma incógnita neste processo, caso seja realmente implantado pelo estado. Guiomar Conceição dos Santos, coordenadora estadual do Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis, afirma que a prática da incineração coloca em risco o trabalho do catador e a coleta seletiva solidária. “Com este novo panorama surgem desafios que o catador terá de lidar como, por exemplo, qual é a posição da indústria que hoje se beneficia da catação? A coleta solidária terá espaço? Como ficará a cadeia da reciclagem?”, afirma. Os catadores vêm se organizando há anos, afirma ela, lutando pela sustentabilidade. “Estamos correndo o risco de o projeto da usina passar por cima do nosso trabalho de anos”, desabafa.

O Movimento Nacional dos Catadores reivindica junto ao poder público que a discussão sobre a incineração seja aberta, junto aos movimentos populares e à sociedade civil organizada, de forma que a solução para os resíduos sólidos produzidos pela cidade seja encontrada conjuntamente.

Carta ao governo federal

Já em 2005, o Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente enviou uma carta ao governo federal questionando o Projeto Usinaverde de incineração de resíduos sólidos urbanos. O documento sustenta que o desenvolvimento de projetos de reciclagem, com infraestrutura e apoio organizacional para cooperativas de catadores, é sem dúvida uma das alternativas que mais garante programas efetivos de coleta e reaproveitamento de matérias primas, e que, portanto, torna dispensáveis projetos de incineração.